

NESTA EDIÇÃO

Juízes do Trabalho realizam encontro em Atibaia

De 18 a 20 de fevereiro, em Atibaia-SP, foi realizado o 8º Encontro dos Juízes do Trabalho do Paraná. O evento, promovido pela Amatra-IX, visou a promoção de melhorias na qualidade de vida de seus associados. *p.6*

Inaugurado Posto de Atendimento em Rio Negro

Em 25 de fevereiro foi inaugurado Posto de Atendimento da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais no município de Rio Negro. A instalação da unidade tornou-se possível pelo acordo de cessão de uso de imóvel, firmado em dezembro de 2004, entre a Prefeitura de Rio Negro e o TRT-PR. Logo após a inauguração do posto, foi realizada a primeira audiência naquele espaço, conduzida pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão. *p.7*

Perfil

Na cadência da vida

Dançar é a paixão de Sandro Augusto Haisi. O colega considera a prática, mais que um *hobby*, uma filosofia de vida. Ele dedica-se a diversos ritmos - forró, gafieira, salsa, merengue, tango, lambada francesa, swing e gauchescos. Sua primeira criação coreográfica, um tango em duo para um festival, lhe rendeu muitos elogios. *p.8*



Será instalada em março a 2ª VT de Umuarama

Na ocasião também será reinaugurada a sede própria do Fórum



A sede, reformada e ampliada, do Fórum Trabalhista de Umuarama, que receberá a 2ª Vara

Será instalada, em 18 de março, a 63ª Vara do Trabalho do Paraná - a segunda das 25 autorizadas pela Lei 10.770/2003 para o Paraná. A unidade é a 2ª VT da cidade de Umuarama. A solenidade marcará também a reinauguração da sede do Fórum de Primeiro Grau do município. As obras compreendem a reforma do imóvel preexistente (626 m²) e a ampliação de área em 223,67 m². Os trabalhos incluíram a instalação de comunicação visual de acordo com o padrão do TRT para os prédios mais recentemente inaugurados. *p.5*

ENTREVISTA

Juiz do TRT Arnor Lima Neto

Presidente da Comissão de Uniformização de Jurisprudência

"A vinculação jurisprudencial poderá indicar novos rumos para o Direito no Brasil, mas sem esquecer que o momento criativo do direito encontra manifestação mais típica na legislação". *p.3*



PASTILHAS

Coluna na Gazeta do Paraná

Desde o dia 6 de fevereiro, a Coluna semanal da Justiça do Trabalho do Paraná está sendo publicada também no jornal Gazeta do Paraná – caderno *quaestio juris*. A publicação foi oficializada no dia 31 de janeiro, por ocasião da visita do procurador federal Marcelo Alberto Gorski Borges, responsável pelo caderno, ao TRT. Além da coluna, os magistrados da 9ª Região da Justiça do Trabalho poderão divulgar artigos jurídicos no periódico. O caderno é publicado aos domingos.

As novas competências da JT

Será realizado, de 13 a 15 de abril, simpósio sobre as novas competências da Justiça do Trabalho. Organizado pela Escola da Magistratura do Trabalho do Paraná, da Associação dos Magistrados do Trabalho-IX, o evento tem o objetivo de aprofundar o debate e fornecer subsídios aos fóruns trabalhistas para a gama de processos que serão ajuizados em volume considerável a partir deste ano. A comissão organizadora do simpósio é composta pelos juízes Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, José Aparecido dos Santos, Bráulio Gabriel Gusmão e Sandra Maria da Costa Ressel. Os magistrados estão elaborando a programação do evento, que em breve será divulgada.

Concurso para juiz substituto: 2ª fase

Será realizada, em 5 de março, a segunda fase do 19º Concurso para juiz substituto da Justiça do Trabalho do Paraná. As provas acontecerão na Universidade Tuiuti do Paraná, em Curitiba.

1ª reunião do Colepccor deste ano

A primeira reunião ordinária deste ano do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho foi realizada, em Brasília, nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro. Na ocasião o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Vantuil Abdala, falou sobre a Emenda Constitucional 45/2004 e suas repercussões na Justiça do Trabalho. O vice-presidente do TST, ministro Ronaldo José Lopes Leal, fez explanação sobre o Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho. Na pauta da reunião também houve exposição sobre o aperfeiçoamento do Sistema Bacen-Jud, feita por equipe do Banco Central. Durante o encontro, o ministro do TST, Gelson de Azevedo, abordou o tema da regulamentação de cursos oficiais para ingresso e promoção na magistratura do Trabalho. Foi discutida, ainda, a iniciativa do TST de consultar os 24 TRTs para identificar possíveis candidatos ao Conselho Nacional da Justiça.

Correições regionais em março

A Corregedoria Regional da 9ª Região da Justiça do Trabalho irá realizar, em março, inspeção correicional nos seguintes locais: Distribuição de Feitos de Primeiro Grau, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas do Trabalho de Maringá, nos dias 1º a 10; 2ª Vara de Curitiba, em 14 e 15; 3ª Vara de Curitiba, em 28 e 29; e 4ª Vara de Curitiba, dias 30 e 31 de março.

Lançamento de livro com solidariedade

Foi lançado, em 27 de fevereiro, o livro “Escritos Crônicos”, do juiz substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho, no Solar do Rosário, em Curitiba. O dinheiro arrecadado com a venda da

obra será revertido para instituições de caridade atendidas voluntariamente por servidores do TRT-PR: Casa de Passagem de Morretes e Lar dos Idosos Jesus Maria José. O preço de cada exemplar é R\$ 10,00 e pode ser adquirido na livraria JM (R. Senador Alencar Guimarães, 166 – em Curitiba).

Juízes diretores de fóruns

O presidente do TRT do Paraná, juiz Fernando Eizo Ono, nomeou em fevereiro magistrados para o exercício das diretorias de dois fóruns de primeiro grau da Justiça do Trabalho no Paraná. Francisco Roberto Êrmel, titular da 2ª Vara de Londrina foi designado para a direção do fórum daquela cidade, até 7 de fevereiro de 2006. Ele terá por substituta a titular da 1ª Vara, Dinaura Godinho Pimentel Gomes. Para a direção do fórum de Foz de Iguaçu, até 16 de fevereiro de 2006 foi designado o juiz Luiz Antonio Bernardo, titular da 1ª Vara. Nas férias, licenças e outros impedimentos, ele será substituído pela magistrada Neide Consolata Folador, titular da 2ª Vara de Foz.

Mestres conceito “A”

Os servidores Edno Antonio Gomes e Rosana Mendes obtiveram o grau de mestre pela Universidade do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Edno defendeu, em 17 de dezembro do ano passado, tese sobre o tema “Princípio da Proporcionalidade como critério de resolução dos conflitos dos direitos fundamentais”, sendo aprovado com nota 10 e conceito “A”. Em 13 de janeiro, Rosana Mendes apresentou dissertação sobre o tema “Desconsideração da personalidade jurídica na Relação de emprego em face do art. 50 do Código Civil”, tendo também obtido aprovação com o conceito “A” e nota 9,8.

Servidores aprovados em concurso para juiz

Os servidores Daniel Corrêa Polak (gabinete do juiz Márcio Gapski) e Fábio Tosetto (1ª Vara do Trabalho de Curitiba) foram aprovados na prova oral do concurso público para cargo de juiz do Trabalho substituto do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul. O resultado foi divulgado em 18 de fevereiro. Nos dias 21 e 22 os candidatos apresentaram os títulos.



AGENDA

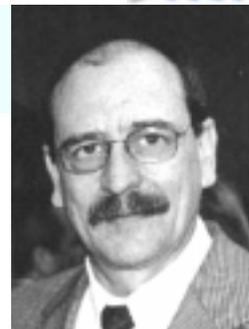
- **Curitiba - PR** : A Ematra-PR em conjunto com a UFPR e a Unibrasil, está organizando a 2ª edição do Curso de Especialização - A Tutela Jurídica do Trabalho. De março a dezembro de 2005, às quintas e sextas-feiras, pela manhã e à noite. Os coordenadores do curso são os magistrados Célio Horst Waldruff, Leonardo Vieira Wandelli e Sandra Maria da Costa Ressel (aposentada). Informações na sede da Amatra, (41) 223-8734 ou amatra9@amatra9.org.br.
- **Curitiba - PR**: Até 14 de abril estão abertas as inscrições para o curso de Especialização em Direito do Trabalho das Faculdades Integradas Curitiba. Coordenação dos magistrados Luiz Eduardo Gunther e Eduardo Milléo Baracat. Aulas às quartas e quintas, das 19h às 22h35. Informações: www.faculadadecuritiba.br ou (41) 213-8755.
- **Curitiba - PR**: O XVI Curso Preparatório para a Magistratura do Trabalho de 2005, que é promovido pela Ematra-PR, será de 29 de março a 1º de setembro. As matérias abordam os principais tópicos do programa do Concurso para Juiz do Trabalho, aprovado pelo TST. Os coordenadores são os juízes Célio Waldruff e Sandra Ressel. Informações: <http://www.amatra9.org.br>.
- **Campo Grande - MS**: Até 22 de março estão abertas as inscrições para o VII Concurso para Juiz Substituto da 24ª Região da Justiça do Trabalho. Inscrições e edital estão no site www.trt24.gov.br ou no próprio TRT. Informações: (67) 316-1817.
- **Rio Branco - AC**: Até 31 de março estão abertas as inscrições para o IV Concurso para Procurador do Estado do Acre. Informações: www.pge.ac.gov.br - cejurpge@ac.gov.br ou pelo telefone: (68) 223-9626.



Sugestões e opiniões para o **Nona**:
(41) 310-7171 / ascom@trt9.gov.br

ENTREVISTA

Juiz Arnor Lima Neto
*Presidente da Comissão de Uniformização de
 Jurisprudência do TRT-PR*



Garantia de segurança jurídica aos jurisdicionados

Natural do município paulista de Rancharia, o juiz do Trabalho Arnor Lima Neto bacharelou-se em Direito na turma de 1975 da Faculdade de Direito de Alta Paulista. Por 12 anos militou na advocacia, primeiro como assessor jurídico sindical em Apucarana e depois como advogado do Banco do Brasil, onde ficou até 1987. Naquele ano, após aprovação em concurso público, ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná. O cargo de promotor de Justiça, contudo, foi exercido por poucos meses, em razão de ter sido aprovado, no segundo semestre, para a magistratura trabalhista. No cargo inicial da carreira (juiz substituto), atuou nas então denominadas Juntas de Conciliação e Julgamento de Maringá, Apucarana, Cornélio Procopio, Cascavel e Curitiba. Promovido por merecimento, já no ano seguinte, ao cargo de juiz-presidente de JCJ, exerceu a presidência das então chamadas Juntas de Cascavel, União da Vitória, 2ª de Londrina e 5ª de Curitiba, assumindo nestas duas as diretorias dos fóruns respectivos. O magistrado apresentou tese de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sobre o tema "As cooperativas de trabalho como forma de intermediação de mão-de-obra e causa de subtração de direitos dos trabalhadores intermediados", em 6 de junho de 2003. É professor da Universidade Tuiuti do Paraná, na cadeira de Direito do Trabalho. Também na mesma área, é professor licenciado da PUC-PR e das Faculdades Curitiba. Foi empossado juiz do TRT do Paraná em 2 de julho de 1998. Atualmente integra o Órgão Especial e é presidente da 4ª Turma e da Comissão de Uniformização de Jurisprudência.

Que resumo o senhor faz das atividades da Comissão em 2004? Que temas têm sido objeto de entendimento consensual, passível de tornar previsível a edição de novos verbetes para a súmula jurisprudencial?

A Comissão de Uniformização de Jurisprudência, a qual presido e é também composta pelos juízes Dirceu Buyz Pinto Júnior, Célio Horst Waldruff, tendo como suplentes os juízes Márcia Domingues, Fátima Terezinha Loro Ledra Machado e Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, está prevista no art. 201 do Regimento Interno deste TRT. Suas atribuições são sistematizar a jurisprudência do Tribunal, identificando-lhe as tendências e as divergências para conhecimento dos juízes; acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal a fim de dar cumprimento ao que dispõe o art. 896, § 3º, da CLT e receber e processar as propostas de edição, revisão ou cancelamento de súmulas. Contando com a especial atenção dos juízes Fernando Eizo Ono e Wanda Santi Cardoso da Silva, respectivamente presidente e vice-presidente deste Tribunal, pela primeira vez, esta Comissão pode estruturar-se de modo suficiente para dar efetivo início às suas atividades com o objetivo de cumprir seu desiderato regimental. Assim, cumprindo o projeto inicial e com a ativa participação de todos os seus membros (titulares e suplentes), a Comissão já pode identificar a jurisprudência dominante nas Turmas sobre vários assuntos, tendo elaborado um caderno prévio no qual se pode visualizar inclusive a orientação jurisprudencial do TST sobre eles. Atualmente esta sistematização jurisprudencial está sendo analisada pelas respectivas Turmas para que, na próxima reunião da Comissão, possamos destacar alguns temas aptos para uniformização.

O Tribunal Pleno apreciou em outubro um recurso ordinário em procedimento sumarríssimo, uniformizando jurisprudência *intra muros*, nos termos do art. 555, §1º, do Código de Processo Civil. A possibilidade, prevista no Regimento Interno (art. 55, inciso X) não se choca, de certo modo, com as atividades da Comissão que preside?

Não há qualquer conflito entre a possibilidade do art. 55, que repete a regra do art. 555, § 1º, do CPC e as atividades específicas

da Comissão de Uniformização de Jurisprudência, conforme o art. 201 do Regimento Interno do TRT. Ao contrário: são complementares. Na primeira hipótese, diante da relevância da questão de direito que faça prevenir ou compor divergência entre as Turmas do Tribunal, a juízo do relator, poderá ser proposto o seu julgamento desde logo pelo Pleno do Tribunal, de modo que a decisão represente o pensamento preponderante do Tribunal. De outra parte, cabe à Comissão não só indicar aos juízes do Tribunal as tendências e as divergências de julgamento sobre determinados temas como, também, propor e processar as propostas de uniformização jurisprudencial, além da revisão ou cancelamento de súmulas. Claro, portanto, que a atividade da Comissão de modo algum está prejudicada ou perde importância diante da possibilidade da prevenção ou da uniformização jurisprudencial que pode ser proposta pelo juiz relator ao verificar a relevância jurídica da questão a ele submetida.

Existe algum estudo sobre o índice de acatamento, ou não, pelos titulares e substitutos das Varas do Trabalho, às orientações jurisprudenciais editadas pelo TRT da 9ª e de outras Regiões? Que análise o senhor faz sobre a adoção, pelos juízes do primeiro grau, do posicionamento sedimentado na súmula dos Regionais?

Não conheço a existência de estudo específico sobre a posição dos juízes titulares e substitutos das Varas do Trabalho, da 9ª ou de outra Região, a respeito das OJs. Reconhecemos que há resistências à vinculação das súmulas à decisão dos órgãos jurisdicionais inferiores, conforme vimos no debate que se travou diante da EC da Reforma do Judiciário. Contudo, embora a vinculação jurisprudencial sempre se tenha constituído em um tema polêmico, não se pode esquecer que mesmo antes da EC 45, de 8/12/04, que estabeleceu que as Súmulas do STF têm efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário (art. 103-A, CF/88), as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade já produziam eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário. No âmbito do processo do

trabalho, também já era possível ao ministro relator negar seguimento ao RR interposto contra decisão que esteja conforme Súmula do TST (art. 896, § 5º, da CLT). De outra parte, não se deve esquecer ainda que os TRTs devem proceder à uniformização de sua jurisprudência (art. 896, § 3º, da CLT). Portanto, são várias as determinações legais que direta ou indiretamente vinculam os órgãos inferiores à jurisprudência dos Tribunais Superiores. De modo que a adoção pelos juízes do primeiro grau do posicionamento sedimentado pelos Regionais tende a harmonizar-se também com os princípios da segurança jurídica e da celeridade processual que nortearam a Reforma do Judiciário, início de um processo de avanço em termos institucionais.

A súmula vinculante, recentemente aprovada pela Emenda Constitucional que trata da Reforma do Judiciário, enfrentou resistência da base da magistratura nacional, expressa em plenárias temáticas da AMB, Anamatra e Ajufe. A independência do juiz de primeiro grau fica prejudicada?

Não creio que a independência do juiz de primeiro grau fique prejudicada com a vinculação estabelecida pela EC 45/04, até porque no Estado moderno o juiz não tem mais a posição de fonte principal da produção do direito, subordinando-se à condição de aplicador das normas estabelecidas, ainda que tenha autonomia na interpretação e aplicação da lei e que se admita como princípio da moderna hermenêutica jurídica que os juízes devem interpretar o Direito evolutivamente. Com base nos princípios do positivismo jurídico, adotado pelo ordenamento jurídico do Estado brasileiro, o juiz não pode ab-rogar a lei com sua sentença. Assim sendo, considerando a estrutura do Poder Judiciário e o sistema processual vigente, parece razoável e plenamente aceitável a vinculação dos órgãos inferiores à interpretação legal sedimentada pelo STF, órgão de cúpula e que tem jurisdição em todo o território nacional, e ao qual cabe a última palavra. Como se disse, é necessário garantir segurança jurídica aos jurisdicionados. ■

Esta entrevista com o juiz Arnor Lima Neto e resposta a outra pergunta sobre jurisprudência podem ser conferidas na versão online deste informativo: www.trt9.gov.br/nona.

Posses de juízes substitutos do Trabalho no Paraná

Em fevereiro dois novos juízes substitutos tomaram posse na Justiça do Trabalho da 9ª Região – Paraná.

No dia 1º foi empossado no cargo de juiz substituto Felipe Augusto de Magalhães Calvet. O magistrado, natural de Curitiba, nasceu em 1972. Bacharel em Direito pela UFPR, foi funcionário da Justiça do Trabalho do Paraná. Nos últimos 18 meses atuou como juiz substituto na 15ª Região da Justiça do Trabalho, com sede em Campinas.

Mariele Moya Munhoz tomou posse,

no dia 15, como juíza substituta do Regional paranaense. De seis classificados, ficou em quarto lugar no 18º Concurso Público para o cargo inicial da magistratura do Trabalho da 9ª Região.

Nascida em 1976, em Campo Grande-MS, Mariele concluiu a graduação em Direito na turma de 1999 da Universidade Católica Dom Bosco, naquela capital. Após especializar-se em Direito Processual Civil pela Faculdade de Campo Grande, passou a lecionar a mesma disciplina e a de Direito Processual do



Os juízes Wanda da Silva (vice-presidente), Fernando Ono (presidente), Mariele Munhoz (empossada) e Nacif Alcure Neto (corregedor-regional)

Trabalho na Universidade de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul e Região do Pantanal.



Os juízes Felipe Calvet e Wanda Santi Cardoso da Silva, vice-presidente do TRT-PR, então no exercício da presidência



Juízes do TRT-PR e diretores da Amatra-IX presentes ao ato de posse, ao lado do magistrado Felipe Calvet



A empossada com os juízes aprovados no mesmo concurso Rafael Palumbo e Luciano Coelho, e com o candidato classificado Lourival Marques

Dados estatísticos de 2004 da Justiça do Trabalho do Paraná

Esta edição do **Nona** publica dados estatísticos da Justiça do Trabalho da 9ª Região. São números de processos recebidos e julgados nos 1º e 2º graus. Confira:

VARAS DO TRABALHO

Em 2004 as então 61 Varas do Trabalho receberam 87.055 reclamatórias e solucionaram 88.517.

De todo o Paraná, a Vara de Paranaguá foi a que mais recebeu processos - 2.279. A unidade judiciária de São José dos Pinhais foi a segunda em recebimento de ações – 2.245, seguida pela Vara de Rolândia, com 2.091 reclamatórias recebidas.

Nas 18 Varas de Curitiba foram protocolizadas 30.852 ações, sendo que 30.944 foram solucionadas.

TRIBUNAL

O TRT do Paraná recebeu, de janeiro a dezembro de 2004, 27.831 processos, número que contempla os feitos de sua competência originária e os recursos (ordinários, agravos de petição e de instrumento) vindos das Varas do Trabalho de todo o estado.

No mesmo período, 26.169 processos haviam sido distribuídos aos juízes do TRT, os quais solucionaram, no período, 29.227 ações. A quantidade excede o número de feitos distribuídos

em razão do resíduo que havia em 31 de dezembro de 2003, quando 7.261 processos pendiam de solução.

A Seção Especializada julgou 5.242 dos 6.510 processos recebidos, restando na secretaria 294 aptos à inclusão em pauta para julgamento.

Nos 12 meses de 2004 foram interpostos 8.398 recursos de revista e despachados 8.023.

AS TURMAS

A 1ª Turma recebeu 5.274 e julgou 4.699 em 2004 - fechando o ano com 575 processos na secretaria. A 2ª Turma recebeu 3.861 processos e julgou 3.824 no ano passado, restando 37 processos na secretaria para 2005.

A 3ª Turma, que fechou 2004 com 781 na secretaria, recebeu no ano 5.335 e julgou 4.554. Já a 4ª Turma ficou com saldo de 445 processos para este ano - recebeu 4.658 e julgou 5.103.

Na 5ª Turma restaram, em 2005, 889 processos para revisar, aguardando pauta, esperando revisão e à espera de diligências. Em 2004, 5.283 processos foram recebidos pela 5ª Turma e 4.394 julgados.

Vale ressaltar que o número de processos julgados em 2004 é maior do que o de recebidos em razão do saldo de 2003.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Arrecadação para a União cresce em 2004

A arrecadação aos cofres da União de custas judiciais pela Justiça do Trabalho aumentou significativamente em 2004. De acordo com levantamento parcial feito pelo Tribunal Superior do Trabalho, de janeiro a novembro do ano passado o TST recolheu R\$ 50.718,00 em custas e emolumentos, 25% a mais do que no mesmo período de 2003.

Os números parciais das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho confirmam o aumento da arrecadação. Nas Varas, onde são recolhidos 94,8% das custas e dos emolumentos da Justiça do Trabalho, a arrecadação no primeiro semestre atingiu a cifra de R\$ 52,1 milhões, um crescimento de 14,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nos Tribunais Regionais a situação foi a mesma. Foram arrecadados aos cofres da União de janeiro a outubro R\$ 4,8 milhões, enquanto durante todo o ano de 2003 a soma foi de R\$ 5 milhões.

Umuarama terá 2ª Vara do Trabalho

A sede da unidade foi reformada e ampliada

Será instalada em 18 de março a 63ª Vara do Trabalho do Paraná - a segunda das 25 autorizadas pela Lei 10.770/2003 para o Paraná. A unidade é a 2ª VT da cidade de Umuarama.

A solenidade marcará também a instalação do Serviço de Distribuição dos Feitos do Fórum de Primeiro Grau da Justiça do Trabalho no município e a reinauguração da sede da unidade, que foi objeto de reforma e ampliação.

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Durante o ano de 2004 a Vara do Trabalho de Umuarama recebeu 1.736 processos, sendo solucionados, no mesmo período, 1.817.



As obras de reforma e ampliação da sede da Justiça do Trabalho em Umuarama

Instalada em 6 de agosto de 1986, a unidade judiciária de Umuarama tem como titular o juiz Irã Alves dos Santos e como substitutos João Luiz Wentz e Sérgio Cabral dos Reis.

O primeiro presidente da então denominada Junta de Conciliação e Julgamento foi o juiz Ascendino Geraldo de Carvalho, hoje aposentado. Os seguintes magistrados o sucederam no cargo: Iolanda Zago Maricato (aposentada), Luiz Celso Napp, Marco Antônio Vianna Mansur, Sueli Gil El-Rafih (atualmente integrantes do TRT-PR), Maria Walkíria Cavalcanti Brizoto (aposentada) e o atual, Irã Alves dos Santos.

AS OBRAS

As obras na sede de Umuarama compreendem a reforma do imóvel existente (626 m²) e a ampliação de área em 223,67 m², totalizando 849,67 m².

A expansão física, que proporcionou espaço à 2ª Vara e ao Serviço de Distribuição dos Feitos, adequou-se aos atuais padrões funcionais do Tribunal. Contemplou também um aumento na área de secretaria, dos gabinetes para juízes titular e substituto e das salas de audiência e de pré-acordo da 1ª Vara. O prédio conta ainda com adequados es-



Vista lateral da sede reformada e ampliada da Justiça do Trabalho de Umuarama, que abrigará a 2ª Vara e o Serviço de Distribuição dos Feitos

paços para copa, sala técnica de informática, sala dos Oficiais de Justiça, arquivo, instalações sanitárias adaptadas para deficientes físicos e locais para a instalação de dois postos bancários e Sala de OAB.

Foram igualmente modernizados os sistemas de informática, de telecomunicações e de iluminação, e disponibilizado mobiliário ergonômico. Os trabalhos incluíram a instalação de comunicação visual padrão do TRT para os prédios recentemente inaugurados.

Presidência e Corregedoria do TRT adaptam SIP às novas competências da Justiça do Trabalho

Em face da recente ampliação da competência da Justiça do Trabalho, o presidente do TRT e o corregedor regional, juízes Fernando Eizo Ono e Nacif Alcure Neto, respectivamente, editaram portaria conjunta regulando procedimentos no âmbito da 9ª Região. A providência visa a adaptação o Sistema de Informações Processuais - SIP ao recebimento de ações provenientes da Justiça Comum - Estadual e Federal.

Pela Portaria SGP-GP-SECOR 1/2005, publicada em 21 de fevereiro,

ficam criadas, para efeito do SIP, três novas classes de processos: "Ação Trabalhista Especial" (ATE), "Mandado de Segurança" (MS) - ambas de competência das Varas do Trabalho e "Recurso em Ação Trabalhista Especial" (RATE), de competência do Tribunal. As denominações devem ser adotadas independentemente de as ações terem sido ajuizadas originalmente na Justiça Comum (caso de redistribuição) ou na Justiça do Trabalho.

Em qualquer caso ou instância, os cadernos processuais serão identificados

com tarja vermelha em forma de "X" em suas lombadas, enquanto não são providenciadas capas brancas, que em breve constituirão o padrão visual diferenciador dessas ações e recursos.

A portaria também disciplina procedimentos estatísticos com vistas à adequação dos boletins respectivos às novas classes de processos e, ao final, traz uma recomendação, no sentido da adoção do rito processual da CLT, que prevê custas ao final e procedimentos específicos previstos nos artigos 769 e 889.

CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA EMPRÉSTIMO

INSTITUIÇÕES	CONTATOS	FONES
Banco Real ABN Amro Bank	Frederico M.Lopes / Cinthia Adriana	(41) 322-6111
Banco Alfa S/A	Mário Ribeiro da Silva	(41) 222-7600 / 222-7307
Banco BMG S/A	José Eustáquio dos Santos	(41) 221-4421
Banco do Brasil S/A	Márcia V. Marcellino/ Dolores Pilz	(41) 310-7101
Banco Sudameris do Brasil S/A	Ademir de Souza	(41) 352-8844
Caixa Econômica Federal	Rosana P. Ribeiro/ Nereu Leineker	(41) 310-7104
Paraná Banco	Maria Izabel Couceiro Barros	(41) 3028-9850

Poemas são expostos no primeiro “Prata da Casa” de 2005

A décima sétima exposição do projeto “Prata da Casa” do TRT-PR foi aberta em 18 de fevereiro. A mostra é de poemas da servidora Ircineide dos Santos Soares.

Considerando-se uma observadora contumaz da sociedade, Ircineide diz que escrever poemas foi a forma que encontrou para melhor elaborar a vasta gama de sentimentos e contradições presentes na alma humana. E o fato de ter residido em diversas regiões do país, por conta de seu antigo trabalho como bancária, possibilitou-lhe conhecer uma grande diversidade de pessoas e culturas, que em muito contribuíram e contribuem para sua produção literária.

Integrante do quadro funcional do

judiciário trabalhista paranaense desde 2003, ela encontra-se lotada na 14ª Vara do Trabalho da capital.

A poetisa participou de três concursos literários, obtendo classificação nas oportunidades. Os poemas escolhidos integram as coletâneas: “Poesia e Liberdade”, “Poesia e Amor” e “Poeta Profissão Mulher”. Os livros foram publicados entre 1989 e 1990 pela editora Edições Maria, de Juiz de Fora (Minas Gerais).

A exposição “Incongruências Vivenciais” estará aberta à visitação até 17 de março no *hall* de entrada do Fórum de 1º grau da Justiça do Trabalho (Rua Vicente Machado, 400, em Curitiba), das 12 às 18 horas.



A expositora com o diretor-geral do TRT, Osman César Bozzo Silva (esquerda) e com o secretário-geral da Presidência substituto, Cláudio José Jardim



A abertura da exposição atraiu juízes, servidores e advogados



A expositora, com colegas da 14ª Vara do Trabalho de Curitiba e a juíza substituta Edilaine Stinglin Caetano

8º Encontro Estadual dos Juízes do Trabalho do Paraná

Aconteceu, de 18 a 20 de fevereiro, na cidade de Atibaia-SP, o 8º Encontro Estadual dos Juízes do Trabalho do Paraná. O evento, promovido pela Amatra-IX, foi coordenado pelas juízas Ana Maria São João Moura e Lisiane Sanson Pasetti Bordin, respectivamente diretoras de Assistência Social e Social da entidade.

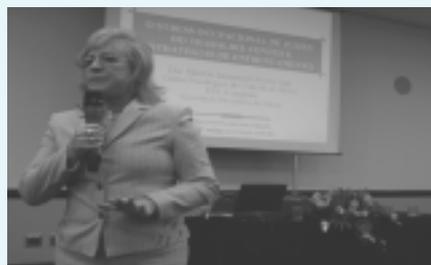
A programação contou com palestra de abertura (dia 18), da psicóloga e professora da Unicamp, doutora Marilda Lipp, especialista em causas e efeitos do estresse. No dia 19 o enfoque se relacionou na maior valorização do magistrado, sobretudo no que se refere à preservação de sua saúde física e mental, com ativida-

des coordenadas pelo juiz Sebastião Geraldo de Oliveira. Houve, ainda, distribuídos entre os três dias do encontro, workshops relacionados a nutrição, *fitness* e relaxamento, serviços de spa, caminhadas ecológicas, partidas de futebol e passeio opcional à Pedra Grande (local utilizado para saltos de asa-delta). Também foram oferecidos dois jantares temáticos, com cardápios voltados para flores e frutas, que simbolizam a região de Atibaia.

A atual administração da Amatra-IX pretende, com esse tipo de evento, promover melhorias na qualidade de vida de seus associados.



Magistrados assistem palestra sobre qualidade de vida, coordenada pelo juiz mineiro Sebastião de Oliveira



A psicóloga Marilda Lipp apresentou palestra sobre o estresse

TRT arrecada ovos de Páscoa



A Coordenadoria de Responsabilidade Social do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná está realizando para esta Páscoa a sua primeira campanha de arrecadação de ovos de chocolate em Curitiba e região metropolitana. A mobilização, que teve início no dia 28 de fevereiro, termina em 15 de março.

As doações serão entregues ao Lar Batista Esperança, em Curitiba, cadastrado na Coordenadoria de Responsabilidade Social por indicação de servidor do TRT-PR que realiza trabalho voluntário junto a uma das casas-lares assistidas pela entidade.

O Lar Batista Esperança começou a funcionar em abril de 1988. Atualmente, atende em casas de pais-sociais a cerca de 100 crianças de zero a 17 anos em situação de risco. A entidade também presta auxílio a mães solteiras carentes e seus filhos. O trabalho visa a reconstruir o equilíbrio emocional e minimizar os traumas psicológicos dos assistidos, através da afetividade de um lar.

Outras informações na Seção Psico-Social do TRT-PR, pelo telefone (41) 310-7078, com Terezinha Schimuda.

Vara de São José dos Pinhais

Inaugurado Posto de Atendimento em Rio Negro

Em 25 de fevereiro, foi inaugurado Posto de Atendimento da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais no município de Rio Negro (Rua Juvenal Ferreira Pinto 2.070 - Seminário).

Entre outras autoridades estavam presentes a vice-presidente do TRT-PR (representando a presidência da Corte), juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, o prefeito municipal Alceu Ricardo Swarowski,



Juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, e o prefeito Alceu Ricardo Swarowski desatam a fita inaugural

o juiz titular da VT de São José dos Pinhais, Bráulio Gabriel Gusmão e o presidente da sub-seção de Rio Negro da OAB-PR, Luis Fernando Feltran.

A instalação da unidade foi possível mediante acordo de cessão de uso de imóvel firmada em dezembro de 2004 entre a Prefeitura de Rio Negro e o TRT-PR. Pelo convênio, a prefeitura colocou à disposição da Justiça do Trabalho do Paraná espaço físico, que passou a ser utilizado para realização de audiências

em processos cujas partes tenham domicílio em Rio Negro, Quitandinha, Campo do Tenente e Pien. Os móveis foram doados pelo Sindicato dos Marceneiros de São José dos Pinhais.

O espaço conta com secretaria para a unidade, gabinete para juiz e terminal de extratos para consultas sobre o andamento das reclamatórias trabalhistas.

À tarde foi realizada a primeira audiência no Posto de Atendimento, conduzida pelo juiz Bráulio Gabriel Gusmão.



Juíza Wanda: "Parcerias com os municípios devem ser incrementadas"



Juiz Bráulio Gusmão: "A Justiça do Trabalho mais perto da comunidade"



Prefeito Alceu Swarowski: "As comunidades vizinhas têm a ganhar"

INFORMATIZANDO

Coluna da Secretaria de Informática do TRT-PR

SISTEMA DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

Onovo Sistema de Informações Processuais tem sido objeto de constante aperfeiçoamento pela equipe de Desenvolvimento da Secretaria de Informática. Este trabalho só tem sido possível graças à participação ativa e permanente de muitos dos usuários do sistema, especialmente através do "registro de tarefas", feito diretamente no SIP.

Individualmente, muitas das solicitações, sugestões e reclamações apresentadas pelos usuários foram aplicadas como boas soluções ou importantes melhorias. Ainda, a análise do conjunto de solicitações apresentadas para cada programa tem ajudado no direcionamento de recursos e estabelecimento de prioridades na Secretaria de Informática.

Em atenção ao estabelecido no Plano Plurianual de Informática, essas tarefas, quando recebem a classificação de melhoria, vêm sendo avaliadas pela Comissão de Informática, que analisa a conveniência de seu atendimento considerando parecer técnico da SI. Somente na última análise foram avaliadas 80 idéias, das quais 40 deverão ser incluídas no sistema logo que possível e 20 foram incorporadas a projetos já previstos no Plano Plurianual. Além disso, em breve as tarefas classificadas como manutenção serão automaticamente submetidas à análise de outros usuários do sistema, que utilizem com frequência a funcionalidade que se quer alterar, a fim de garantir consenso quanto às modificações a serem realizadas.

Os servidores que mais apresentaram sugestões para o novo sistema são Gerson Lechiv, José Carlos de Souza, Luiz Stocco, Adriane Ludke, Vanessa Giacometti, Zoni Nunes, André Freitas, Izabel Correa, Ana Quintino e Jouse Ortiz.

No próximo dia 18 de março deverá ser implementado o novo SIP Oracle em Umuarama e Foz do Iguaçu, coincidindo com a data de instalação da 2ª Vara de Umuarama. A implantação, que dependia da instalação do Datacenter (estrutura que permite a centralização do processamento e armazenamento de dados) e do recebimento de equipamentos e licenças de software previstos em convênio firmado entre o TRT e o Banco do Brasil, inaugura uma seqüência de migrações de sistema que alcançará todas as Varas do Estado.

No trabalho de migração um dos passos mais importantes é o treinamento dos usuários, que será ministrado por técnicos da SI em usuários mais experientes do sistema. Nesta primeira etapa compartilharão seus conhecimentos com os colegas, novos usuários do SIP, os servidores Regina (8ª VT), Ana Márcia (1ª VT), Sara Beatriz (16ª VT), Adilson (6ª VT), Leiko (7ª VT), Celsi (11ª VT), João (14ª VT) e Suzane (15ª VT), de Curitiba.

Reciclagem de lixo reverte em doações

Olixo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná está sendo reciclado, resultando em doações para trabalhadores e entidade assistencial.

A venda de papel reciclável é revertida em cesta básica e lanche para servidores terceirizados do Setor de Limpeza dos prédios centrais da Justiça do Trabalho em Curitiba.

A reciclagem também rende doações à ONG Ciranda - Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência. A Organização não governamental tem como objetivo produzir cobertura e análise do que é publicado na imprensa do Paraná sobre

infância e adolescência. A entidade encaminha aos veículos de comunicação do estado pautas especiais para organização e disseminação de informações especializadas sobre a criança e o adolescente na mídia paranaense.

A Coordenadora de Responsabilidade Social do TRT, juíza Rosalie Michaela Bacila Batista, lembra da importância da reciclagem de lixo e pede a colaboração de todos no sentido de separar materiais recicláveis. "Além de um ato ecológico, a reciclagem resulta em solidariedade, vez que são feitas doações com o material", comenta a magistrada.

Na cadência da vida

Faz onze anos que o servidor Sandro Augusto Haisi tomou a decisão de aprimorar sua paixão: a dança de salão. Desde então, vem conciliando o trabalho com a prática dessa atividade, que considera, mais que um *hobby*, uma filosofia de vida.

O colega, que se dedica a diversos ritmos – tango, bolero, gafieira, salsa, merengue, forró, *zouk* (lambada francesa), swing ou soltinho e gauchesco, entre outros – já dançou nas companhias de dança K & T, Oito Tempos e Dançare. No momento integra o corpo de baile da Novos Talentos, sediada na Sociedade Thalia.

Sandro já freqüentou cursos práticos e teóricos em São Paulo e Rio de Janeiro, ministrados por nomes importantes da dança de salão nacional, como Jaime Arôxa, Raquel Mesquita e Carlinhos de Jesus, onde desenvolveu técnicas de postura, equilíbrio e musicalidade. Também já participou de eventos significativos no gênero; entre eles o 1º Congresso Mundial de Salsa no Brasil, o 2º Encontro Nacional de Salsa e o 2º Festival

de Dança de Ponta Grossa. Em Curitiba, apresentou-se nos teatros Fernanda Montenegro e Ópera de Arame.

No ano passado montou sua primeira coreografia, um tango, em duo com a parceira de dança Vanessa Bragatto Pepino, executada no Festival de Dança do Mercosul, que aconteceu em Bento Gonçalves (RS) e lhe rendeu muitos elogios. Ele explica que elaborar uma seqüência coreográfica requer muita pesquisa e, acima de tudo, criatividade.

Seus principais objetivos com a dança, diz, são desenvolver expressão e consciência corporais, além de ampliar o círculo de amigos, pois se constitui numa importante ferramenta de socialização. Mas não descarta, para o futuro, a possibilidade de possuir sua própria escola. Também almeja cursar teatro, arte que considera correlata à dança.

Integrante do quadro funcional do Judiciário Trabalhista paranaense desde 1996, ele já trabalhou na então denominada 6ª JCJ, em gabinetes de juízes do Tribunal, na Corregedoria e, como diretor de Secretaria, nas Varas de Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Atual-



mente dirige a Secretaria da 2ª Vara de Curitiba.

Formado pela então Faculdade de Direito de Curitiba, ele pretende fazer especialização na área trabalhista e, em seguida, cursar mestrado.

Satisfeito com suas escolhas, Sandro convida todos quantos se interessem por dança a iniciar sua prática, dispondo-se a fornecer informações a respeito. “É uma maneira lúdica de manter corpo e mente saudáveis”, incentiva. ■

DICAS

Você é quem escolhe

Fonte: www.sabedoria dos mestres.com

Já foi dito que “o nosso sucesso deveria ser medido pelo que tivemos que renunciar”. Portanto, a vida de cada um quase sempre é o resultado de escolhas pessoais. Para quem quiser optar por um “sucesso interior”, de superação de si mesmo e menos *estresse*, seguem algumas dicas:

- 1. Desejos são ilimitados, o seu tempo não** - Defina metas, prioridades da sua vida. Faça periodicamente uma revisão de seus objetivos.
- 2. Você é responsável pela sua qualidade de vida** - Defenda seus direitos. Aprenda a ser eficaz e a ter ritmo: trabalho/lazer, alimentação/jejum, ação/repouso, inspiração/expiração. A qualidade de vida é uma planta e deve ser regada sempre.
- 3. Você é um só** - Você só tem um coração. Portanto, faça uma coisa de cada vez. Tenha atividades e relações relaxantes, que não gerem a necessidade contínua de competir ou “correr atrás” o tempo todo.
- 4. Cuide do seu corpo** - Escolha alimentos saudáveis, evitando agressões por fumo, droga, excesso de bebida e comida. Reduza a ingestão de café. Beba oito copos de água, no mínimo, por dia. Mantenha seus intestinos ativos. Faça atividades físicas, no mínimo três vezes por semana, compatíveis com seu temperamento e condições físicas. Mantenha seu peso corporal em um nível satisfatório. Ponha os pés descalços na terra por um mínimo de 20 minutos, em um lugar de muito verde, uma vez por semana, para descarregar. Faça um *check-up* anualmente.

- 5. Cuide de sua mente** - Seja seletivo com o que lê e vê. Reduza o hábito de assistir televisão. Exercite sua criatividade com música e artes em geral. Faça coisas que nunca fez, indo a lugares que nunca foi. Quebre rotinas e experimente o novo.
- 6. Que a sua casa seja um lar** - Um lugar acolhedor que o receba ao final de um dia cansativo, oferecendo-lhe conforto, calor à sua alma, repouso e amorosidade. Que seja um ninho para refazer as suas forças. Cuidado: não gaste todas as suas energias para ter uma casa e todos os bens de consumo do mundo moderno. Pode não lhe sobrar nem um minuto para usufruí-la. Tornar uma casa um lar é um aprendizado contra o estresse.
- 7. Descubra quem é você** - Qual é seu temperamento, quais são suas crenças? Seja coerente com elas. Defenda seu bem-estar. Cultive um respeito saudável por sua individualidade e privacidade.
- 8. Não seja onipotente** - Aprenda com os outros, procure ajuda necessária com amigos, médicos, terapeutas. Ouça e veja, para depois identificar quem são os aliados necessários e aqueles que deve evitar. Não avalie pessoas e situações com preconceito. Às vezes, a resposta de uma situação

difícil e estressante está numa atitude ou pensamento inédito.

9. Conheça e respeite o outro - Ouça com atenção, buscando compreender o que o outro quer dizer. Ao verbalizar, certifique-se de estar sendo claro e compreensivo com o outro. O outro não é melhor nem pior que você. Ele é diferente, o que torna necessário o esforço de entendimento de ambos os pontos de vista. Aceitar e usufruir as diferenças é sabedoria.

10. Amor, intimidade e sexualidade - Relações compulsivas, superficiais, narcisistas são como *fast-food*: costumam ser atraentes, mas não são nutritivas e podem custar muito caro a médio prazo. Cuide para desenvolver intimidade com pessoas com as quais sintam afinidade. Cultive a espontaneidade, sinceridade, amizade, alegria e prazer nas trocas afetivas. Deixe o sentimento fluir: “O amor faz bem ao coração”.

11. Centre-se e equilibre-se - Todos os dias encontre um tempo para esvaziar-se e estar consigo mesmo (pelo menos um banho prolongado e tranqüilo). Use técnicas auxiliares como meditação, respiração e massagens para relaxamento. Não seja escravo nem de si mesmo. Tenha férias! Contra o estresse, o período mínimo de férias é de 21 dias consecutivos. Tenha férias compatíveis com suas condições físicas, psíquicas e financeiras. Lembre-se: programas com muitos estímulos são prazerosos para quem está vitalizado.

12. Tenha fé - Uma situação, qualquer que seja, nunca é apenas boa ou ruim. Haverá sempre custos e benefícios. Quanto mais luz, mais sombra. Nunca se esqueça de que tudo é temporário. É muito importante preservar-se para a próxima etapa.